PEDRO HENRIQUE TORRES BIANCHI

**SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E COISA JULGADA NO
PROCESSO CIVIL INDIVIDUAL**

Tese de doutorado apresentada à banca examinadora do Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito.

Orientador: prof. ANTONIO CARLOS MARCATO

Departamento de Direito Processual
Faculdade de Direito do Largo São Francisco
Universidade de São Paulo

Arcadas, 2014

SUMÁRIO

<u>RESUMO.....</u>	<u>5</u>
---------------------------	-----------------

<u>ABSTRACT.....</u>	<u>7</u>
-----------------------------	-----------------

<u>RIASSUNTO</u>	<u>9</u>
-------------------------------	-----------------

<u>CAP. I: INTRODUÇÃO.....</u>	<u>11</u>
---------------------------------------	------------------

1. Plano de trabalho: delimitação necessária	11
2. Em defesa da tese.....	13
3. O exemplo-chave que justifica a tese	19
4. Outros exemplos práticos que justificam a tese.....	22

<u>CAP. II: A SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.....</u>	<u>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</u>
---	---

5. O nascimento doutrinário e o conceito de substituição processual	Erro! Indicador não definido.
6. Substituição processual e institutos distintos.....	Erro! Indicador não definido.
7. Substituição processual voluntária?.....	Erro! Indicador não definido.
8. Substituição processual e o conceito de parte.....	Erro! Indicador não definido.
9. Substituição processual e legitimidade extraordinária ..	Erro! Indicador não definido.
10. A relação entre o legitimado ordinário, extraordinário e suas posições dentro do processo (convergentes ou divergentes)	Erro! Indicador não definido.
11. Denúnciação da lide e substituição processual.....	Erro! Indicador não definido.
12. Aprofundando a questão do art. 42 do Código de Processo Civil	Erro! Indicador não definido.
13. Substituição processual e interesse jurídico; demais condições da ação e pressupostos processuais; competência, impedimento e suspeição: substituto ou substituído?	Erro! Indicador não definido.

14. Substituição processual ativa, passiva, inicial, ulterior, duração da substituição e a legitimação para a ação rescisória **Erro! Indicador não definido.**
15. Análise dos limites dos atos do substituto **Erro! Indicador não definido.**
16. Análise dos limites dos atos do substituto: desistência da demanda**Erro! Indicador não definido.**
17. Análise dos limites dos atos do substituto: confissão **Erro! Indicador não definido.**
18. Análise dos limites dos atos do substituto: renúncia ao direito e reconhecimento do pedido..... **Erro! Indicador não definido.**
19. Análise dos limites dos atos do substituto: transação **Erro! Indicador não definido.**
20. Renúncia, reconhecimento do pedido e transação são atos de direito material com projeção processual: fora do campo da substituição processual**Erro! Indicador não definido.**
21. Responsabilidade pela sucumbência, despesas, sanções por abuso processual e multas processuais **Erro! Indicador não definido.**
22. Exceções materiais e pessoais **Erro! Indicador não definido.**
23. Reconvenção..... **Erro! Indicador não definido.**
24. Recusa de litisconsorte unitário ativo e substituição processual**Erro! Indicador não definido.**
25. Substituição processual, incidibilidade da relação material e litisconsórcio facultativo-unitário..... **Erro! Indicador não definido.**
26. Substituição processual endoprocessual (I): litisconsorte ausente**Erro! Indicador não definido.**
27. Substituição processual endoprocessual (II): extensão subjetiva dos efeitos do recurso interposto por apenas um dos litisconsortes..... **Erro! Indicador não definido.**
28. A parte como substituto processual do advogado..... **Erro! Indicador não definido.**
29. A hipótese do art. 265, inc. VI, § 1º, alínea *a*, do Código de Processo Civil não é caso de substituição processual..... **Erro! Indicador não definido.**

CAP. III: A COISA JULGADAERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

30. Coisa julgada e sua dupla destinação..... **Erro! Indicador não definido.**
31. Os efeitos da sentença, efeitos da coisa julgada e seus limites subjetivos**Erro! Indicador não definido.**

32. Os limites subjetivos da coisa julgada e os princípios constitucionais que a norteiam (*due process of law*, contraditório, isonomia processual e inafastabilidade da tutela jurisdicional) **Erro! Indicador não definido.**

CAP. IV: SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E COISA JULGADA.....ERRO!
INDICADOR NÃO DEFINIDO.

33. A extensão automática da coisa julgada ao substituído viola os princípios constitucionais do *due process of law*, contraditório, isonomia processual e inafastabilidade da tutela jurisdicional, e não tem amparo no ordenamento – prevalência do neoconstitucionalismo **Erro! Indicador não definido.**

34. A extensão automática da coisa julgada ao substituído e o principal fundamento utilizado pela doutrina clássica (parte formal x parte material) **Erro! Indicador não definido.**

35. A extensão automática da coisa julgada ao substituído e as questões da segurança jurídica e do risco de inutilidade do instituto da substituição processual **Erro! Indicador não definido.**

36. *A pedra de toque*: binômio informação-reação **Erro! Indicador não definido.**

37. Em busca de parâmetros objetivos **Erro! Indicador não definido.**

38. Especificamente, a questão da extensão da coisa julgada em litígios societários **Erro! Indicador não definido.**

39. A problemática na arbitragem **Erro! Indicador não definido.**

40. A convivência de demandas simultâneas, a solução para a existência de coisas julgadas conflitantes e a questão da litispendência..... **Erro! Indicador não definido.**

41. A interpretação do art. 53 do Código de Processo Civil em se tratando de substituído-assistente titular do direito **Erro! Indicador não definido.**

42. O substituído como assistente e a eficácia preclusiva da coisa julgada **Erro! Indicador não definido.**

CAP. V: ENCERRAMENTO 25

43. Conclusões 25

BIBLIOGRAFIA 156

RESUMO

Título: “Substituição processual e coisa julgada no processo civil individual”

Palavras-chave: substituição processual, coisa julgada, princípios constitucionais, contraditório, devido processo legal, intervenção assistente, arbitragem, societário, processo civil

A tese de doutorado trata da relação entre o instituto da substituição processual e o da coisa julgada, especialmente da eficácia ou não desta para aquele que foi *substituído* como parte no processo no processo civil de natureza individual.

O tema ora discutido merece um tratamento atual, com a evolução da doutrina e dos institutos processuais.

A doutrina majoritária sempre afirmou que a coisa julgada estende-se ao substituído porque ele é a “parte material” da discussão em litígio. Mais tímido é o questionamento jurisprudencial sobre essa questão. Poucas vezes os tribunais debruçaram-se sobre a possibilidade de a coisa julgada não se estender de forma automática ao substituído.

Como essa clássica afirmação não satisfaz a todas as necessidades, alguns doutrinadores começaram a se questionar se essa fórmula estava correta.

Alguns doutrinadores têm levantado que a proposta clássica da doutrina, de que a coisa julgada estende-se de forma automática para o substituído, não é suficiente para atender os ditames do contraditório e do *due process of law*.

Como é exposto na tese, a extensão automática da coisa julgada ao substituído viola os princípios constitucionais do *due process of law*,

contraditório, isonomia processual e inafastabilidade da tutela jurisdicional, e não tem amparo no ordenamento jurídico.

A tese faz também uma abordagem no processo arbitral, especialmente porque são poucos aqueles que debruçaram seus estudos sobre o enfoque das peculiaridades sobre tal processo. Como é exposto, a tendência internacional, ao menos da Itália, Alemanha e Portugal, é a de estender a coisa julgada àqueles que não participaram de um litígio societário discutido em arbitragem, desde que lhes tenha sido dada a oportunidade de participar do processo arbitral. Há algumas questões que são enfrentadas, como a própria eficácia subjetiva de cláusulas compromissórias institucionais, o sigilo do procedimento arbitral e o critério de escolha dos árbitros.

A primeira parte da tese aborda o conceito de substituição processual, a diferença com outros institutos, os limites dos atos do substituto e do substituído, os modelos de substituição processual e como esse fenômeno é tratado dentro da dinâmica do processo.

A segunda parte aborda do conceito da coisa julgada e sua relação com a sua extensão subjetiva, bem como as razões constitucionais para que haja a sua limitação subjetiva.

A terceira parte faz a conexão com o primeiro e o segundo capítulos, a fim de responder a questão a que a tese se propõe. É analisada a questão sob os princípios constitucionais referidos, em especial do contraditório. Em seguida, são analisados os argumentos que a doutrina utiliza para afirmar que a coisa julgada estende-se ao substituído e será feito um estudo crítico sobre cada fundamento. Após, é visto que a coisa julgada não pode estender-se de forma automática e indiscriminada ao substituído, e as consequências que essa afirmação tem, inclusive os limites de atuação quando o assistente é o titular da relação jurídica, enquanto a parte principal é o legitimado extraordinário.

ABSTRACT

Title: “Substitution of parties and the *res judicata* in individual civil procedure”

Keywords: substitution of parties, *res judicata*, constitutional principles, due process of law, the principle of adversary proceeding, intervention, assistant, arbitration, corporate law, civil procedure

The doctoral thesis considers the relationship between the principle of substitution of parties and the principle of *res judicata*, in particular the effectiveness or not thereof for the party *substituted* in an individual civil action.

The topic discussed herein deserves an updated approach, since there have been changes in the opinion of jurists and in the principles of procedure.

The prevailing opinion of jurists has always held that *res judicata* applies to the substituted party because it is the “material party” to the matter in dispute. The courts have been reluctant to challenge this view. Only rarely have they considered the possibility that *res judicata* may not automatically apply to the substituted party.

But this standard assertion does not meet every need, and some jurists have started to question whether this formula is in fact correct.

Some of them have suggested that the standard doctrine, which holds that *res judicata* automatically applies to the substituted party, is insufficient to meet the dictates of the adversary proceeding and the due process of law.

The thesis argues that the automatic application of *res judicata* to the substituted party breaches the constitutional principles of the due process of law, adversary proceeding, procedural equality and non-obviation of judicial protection, and has no place in the legal framework.

The dissertation also considers arbitration proceedings, which have their own peculiarities and have been afforded little study. It shows that the international trend, at least in Italy, Germany and Portugal, is to apply *res judicata* to those that have not participated in a corporate dispute submitted to arbitration, provided they have been given the opportunity to participate. A number of other issues are covered, such as the very subjective effectiveness of institutional arbitration clauses, the confidentiality of arbitration proceedings and the criteria for selecting arbitrators.

The first part of the thesis addresses the concept of substitution of parties, the way in which this differs from other principles, limitations on the actions of the substitute and the substituted party, models of substitution of parties, and how this phenomenon is handled within the scope of the dynamics of a proceeding.

The second part deals with the concept of *res judicata* and how broadly it is applied, as well as the constitutional reasons for its application to be limited.

The third part makes the connection between the first two chapters, in order to answer the question posed by the dissertation. The issue is analyzed in the light of the aforementioned constitutional principles, especially the principle of adversary proceeding. Subsequently, the dissertation turns to the arguments used by the jurists to assert that *res judicata* is applicable to the substituted party, with a critical study of each of the arguments in favor of this assertion. The conclusion reached is that *res judicata* cannot be applied automatically and indiscriminately to the substituted party, and the consequences of this assertion are outlined, including the extent to which action is limited when the assistant is the party to the legal relationship, while the main party has extraordinary legal title to it.

RIASSUNTO

Titolo: “Sostituzione processuale e cosa giudicata nel processo civile individuale”

Parole chiavi: sostituzione processuale, cosa giudicata, principi costituzionali, contraddittorio, giusto processo legale, intervento assistente, arbitrato, societario, processo civile.

La tesi di dottorato si riferisce al rapporto tra l'istituto della sostituzione processuale e quello della cosa giudicata, specialmente dell'efficacia o meno di questa per quello che fu sostituito come parte nel processo civile di natura individuale.

Il tema ora discusso merita un abborgaggio attuale, con l'evoluzione della dottrina e degli istituti processuali.

La dottrina maggioritaria ha sempre affermato che la cosa giudicata si estende al sostituito perché esso è la "parte materiale" della discussione in litigio. Più timido è il quesito giurisprudenziale su questa questione. Poche volte i tribunali si sono affacciati sulla possibilità della cosa giudicata non estendersi di forma automatica al sostituito.

Come questa classica affermazione non soddisfa a tutte le necessità, qualche dottrina ha cominciato ad indagare se questa formula era corretta.

Alcuni dottrinari hanno sollevato che la proposta classica della dottrina, di che la cosa giudicata si estende di forma automatica al sostituito, non è sufficiente per rispondere ai dettami del contraddittorio e del due process of law.

Così come si legge nella tesi, l'estensione automatica della cosa giudicata nel sostituito viola i principi costituzionali del due process of law, contraddittorio, isonomia processuale ed inallontanità di tutela giurisdizionale, e non ha accoglimento nell'ordinamento giuridico.

La tesi inoltre, fa un abbordaggio nel processo arbitrale, specialmente perché sono pochi quelli che hanno dedicato i loro studi sul foco delle peculiarità su tale processo. Come si osserva, la tendenza internazionale, almeno in Italia, Germania e Portogallo, è di estendersi la cosa giudicata a quelli che non hanno partecipato di un litigio societario discusso nell'arbitrato, dal momento che gli sia stata data l'opportunità di partecipare al processo arbitrale. Vi sono alcune questioni che sono affrontate, come la stessa efficacia soggettiva di clausole compromissorie istituzionali, il sigillo del processo arbitrale ed il criterio di scelta degli arbitri.

La prima parte della tesi abborda il concetto di sostituzione processuale, la differenza con gli altri istituti, i limiti degli atti del sostituto e del sostituito, i modelli di sostituzione processuale e come questo fenomeno è curato dentro la dinamica del processo.

La seconda parte abborda il concetto della cosa giudicata ed il suo rapporto con la estensione soggettiva, così come le ragioni costituzionali affinché ci sia la sua limitazione soggettiva.

Infine, la terza parte fa la connessione con il primo ed il secondo capitoli, di modo a rispondere la questione alla quale la tesi si propone. È analizzato il quesito sotto i principi costituzionali riferiti, in modo speciale quello del contraddittorio. In seguito, sono studiati gli argomenti che la dottrina utilizza per affermare che la cosa giudicata non possa estendersi di forma automatica ed indiscriminata al sostituito, e le conseguenze che questa affermazione ha, incluso i limiti di attuazione quando l'assistente è il titolare del rapporto giuridico, mentre la parte principale è il legittimato straordinario.

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E COISA JULGADA NO PROCESSO CIVIL INDIVIDUAL

CAP. I: INTRODUÇÃO

1. Plano de trabalho: delimitação necessária

Não existe uma resposta perfeita para esse rico problema a ser tratado na tese.

A tese tratará da relação entre o instituto da substituição processual e o da coisa julgada, especialmente da eficácia ou não desta para aquele que foi *substituído* como parte no processo.

O título demonstra o que o trabalho de fato será: verificar a dimensão da extensão da coisa julgada ao substituído. A doutrina e jurisprudência majoritárias sempre afirmaram que a coisa julgada estende-se ao substituído porque ele é a “parte material” da discussão em litígio. Sabedores de que essa clássica afirmação não satisfaz a todas as necessidades, alguns doutrinadores começaram a se questionar se essa fórmula estava correta.

Não há solução perfeita, porque se trata de uma *opção política*, ou seja, por qual princípio constitucional será dado maior privilégio. Ao analisar a questão que será abordada na tese, EDUARDO TALAMINI corretamente afirma que a adoção de um ou outro caminho não constitui uma solução perfeita, diante das numerosas vertentes que podem surgir.¹

¹. *Coisa julgada e sua revisão*, n. 2.5.2, p. 103.

Será feito um corte metodológico necessário inerente ao próprio curto espaço reservado a uma tese de doutorado. Por isso, o autor optou por tratar exclusivamente do processo civil de natureza individual.

O processo civil coletivo tem regramentos mais claros e um sistema próprio que torna peculiar a solução dessa difícil problemática da substituição processual e sua ligação com a coisa julgada, a teor do que consta no arts. 103 e 104 do Código de Defesa do Consumidor. Sem contar o regramento próprio, será dada ciência a todos sobre a existência da demanda, nos termos do que consta no art. 94 do Código de Defesa do Consumidor.

Mas esse corte não significa que nada daquele microssistema será utilizado para a presente tese. Conceitos e até mesmo soluções propostas poderão ter utilidade para a defesa ora apresentada. Mesmo porque, até mesmo nesse sistema coletivo de molecularização de litígios, há uma limitação à imutabilidade da demanda movida pelo substituto. Pois, como afirma ANTONIO GIDI, o Código de Defesa do Consumidor, “atendendo a um valor supremo de segurança jurídica e aos princípios do direito processual civil contemporâneo, assegura aos consumidores a garantia de não serem privados de seus direitos, sem o devido processo legal, sem que haja ampla defesa e contraditório”.²

Muitas das proposições defendidas terão aplicação no processo arbitral. Há algumas peculiaridades, como a própria eficácia subjetiva de cláusulas compromissórias institucionais, o sigilo do procedimento arbitral e a escolha dos árbitros, que terão de ser enfrentados.

A primeira parte da tese exporá o conceito de substituição processual, a diferença com outros institutos, os limites dos atos do substituto e do substituído, os modelos de substituição processual e como esse fenômeno é tratado dentro da dinâmica do processo.

². *Coisa julgada e litispendência em ações coletivas*, p. 142.

A segunda parte tratará do conceito da coisa julgada e sua relação com a sua extensão subjetiva, bem como as razões constitucionais para que haja a sua limitação subjetiva.

A terceira parte fará a conexão com o primeiro e o segundo capítulos, a fim de responder a questão a que a tese se propõe. Será analisada a questão sob os princípios constitucionais, em especial do contraditório. Em seguida, serão analisados os argumentos que a doutrina utiliza para afirmar que a coisa julgada estende-se ao substituído e será feito um estudo crítico sobre cada fundamento. Após, será visto que a coisa julgada não pode estender-se de forma automática e indiscriminada ao substituído, e as consequências que essa afirmação tem.

Por fim, virá a conclusão do que fora exposto e defendido na tese.

2. Em defesa da tese

O tema ora discutido merece um tratamento atual, com a evolução da doutrina e também da jurisprudência. As obras que mais se debruçaram no direito brasileiro sobre a substituição processual são a *Substituição processual* de WALDEMAR MARIZ DE OLIVEIRA, e a *Substituição processual* de EPHRAIM DE CAMPOS JR., cujas primeiras edições são de 1.971 e 1.985, respectivamente. Na Itália, a clássica *La sostituzione processuale*, de EDOARDO GARBAGNATI, influenciou diversos doutrinadores (nacionais e estrangeiros), especialmente por ter tratado de temas que antes não haviam sido aprofundados pela doutrina. Mas muitas obras abordaram a substituição processual em capítulos (desde o nascituro do instituto com JOSEF KOHLER, e GIUSEPPE CHIOVENDA) ou em artigos específicos para abordar alguma óptica do instituto.

Especificamente sobre a questão do trato da coisa julgada com a substituição processual, alguns doutrinadores têm levantado que a proposta clássica da doutrina, de que a coisa julgada estende-se de forma automática para o substituído, não é suficiente para atender os ditames do contraditório e do *due process of law*.

Esse questionamento aconteceu na Itália nos anos 1.970, período em que houve reflexões acerca da tendência que vigorava de ampliar subjetivamente a coisa julgada, como demonstra NICOLÒ TROCKER³ em reflexão sobre a obra de ENRICO ALLORIO, sob o fundamento de que a autoridade da coisa julgada em relação a terceiros necessitava ser revista, em razão da garantia constitucional do contraditório. Desde já é interessante notar a posição de ALLORIO sobre esse tema. Em robusto estudo sobre *La cosa giudicata rispetto ai terzi*, de 1.935, o italiano defendia a extensão da coisa julgada a situações como as que serão estudadas, em razão do efeito reflexo da coisa julgada, em situações que envolvem relações de *prejudicialidade-dependência* e naquelas que exigem uma *coordenação necessária*. Algumas décadas depois ALLORIO mudou sua posição. Ele alega que, com a entrada em vigor do *Codice Civile*, de 1.942, seu art. 2.909 foi claro ao limitar a coisa julgada às partes: “l'accertamento contenuto nella sentenza passata in giudicato fa stato a ogni effetto tra le parti, i loro eredi o aventi causa”. Por isso, muitas décadas depois, ALLORIO reflete sua obra, com base na *exigência de equidade*, e privilegia a equivalência entre o direito de ação e o de defesa. Ele estuda um caso de relação de prejudicialidade entre a de credor-devedor e do fiador. Anteriormente, tinha sustentado que a coisa julgada formada na relação prejudicial vinculava a relação dependente, mas depois alterou seu pensamento para preservar o direito de defesa do fiador.⁴

Especificamente sobre a coisa julgada envolvendo substituição processual, é importante a voz de ANDREA PROTO PISANI,⁵ em relevante estudo no qual coloca o contraditório no centro da problemática. No Brasil, MONIZ DE ARAGÃO⁶ afirma que impor a coisa julgada a alguém sem ter dada a oportunidade de participação fere o acesso à justiça. EDUARDO TALAMINI⁷ também apresenta objeção e

³. “Enrico Allorio e la dottrina della riflessione della cosa giudicata rispetto ai terzi”, *Rivista di diritto processuale*, 2001, n. 10, p. 368.

⁴. “Trent’anni di applicazione del Codice di Procedura Civile”, in *Commentario del Codice di Procedura Civile*, pp. LXVI-LXVIII. Para o maior aprofundamento do pensamento de ALLORIO, *cfr.* TUCCI, *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil*, pp. 84-85.

⁵. “Appunti sui rapporti tra i limiti soggettivi di efficacia della sentenza civile e la garanzia costituzionale del diritto di difesa”, *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, pp. 1231-1235.

⁶. *Sentença e coisa julgada*, n. 208, p. 302.

⁷. *Cosa julgada e sua revisão*, n. 2.5.7, pp. 113-116.

propõe alguns critérios para que a coisa julgada estenda-se ao substituído. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI⁸ igualmente põe em xeque a clássica lição da doutrina sobre o trato da substituição processual e da coisa julgada e afirma a necessidade de revisitar as soluções trazidas. Mais recentemente, RODRIGO BENEVIDES DE CARVALHO defendeu tese de doutorado nas *Arcadas* com o título *Técnica processual e controvérsias derivadas da lei das sociedades por ações*, na qual tratou incidentalmente do tema a ser aqui debatido, mas especificamente sobre o viés das demandas envolvendo conflitos societários, em especial das demandas envolvendo invalidade das deliberações de assembleia geral de sociedades anônimas.⁹ Ainda sobre a óptica societária, ERASMO VALLADÃO NOVAS E FRANÇA e MARCELO VIREIRA VON ADAMEK afirmam que “a manutenção o quadro atual, que é ao mesmo tempo, lacônico e pouco efetivo, só interessa ao litigante que não tem razão, seja minoritário ou controlador”.¹⁰ Todas as conclusões desses doutrinadores serão abordadas de forma pormenorizada mais abaixo em itens dedicados a esse fim (*infra*, nn. 33-35).¹¹

Sobre a arbitragem, são poucos aqueles que debruçaram seus estudos sobre o enfoque das suas peculiaridades. Mesmo para aqueles que defendem a extensão da coisa julgada para situações em arbitragens movidas por um dos titulares de relação jurídica material incindível, todas essas questões, “a todo sentir, encontram-se abertas no direito brasileiro, não se encontrando na lei, na doutrina ou na jurisprudência diretriz clara a respeito”.¹² Mas, como será visto (*infra*, n. 39),

⁸. *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil*, pp. 230-233.

⁹. Tese apresentada no ano de 2011, perante o Departamento de Direito Processual.

¹⁰. “Algumas notas sobre o exercício abusivo da ação de invalidação de deliberação assemblear”, in *Processo societário*, p. 181.

¹¹. A necessidade de revisitar essa problemática também é objeto de análise de GREGÓRIO ASSAGRA DE ALMEIDA: “outra consequência que se extrai da leitura constitucional do processo civil à luz da garantia constitucional do contraditório é a revisitação dos institutos da substituição processual e da coisa julgada, de sorte a fixar o critério *secundum eventum litis* para a coisa julgada em relação ao titular do direito que foi substituído no processo. Ninguém, por imposição constitucional, poderá ser prejudicado por uma decisão sem ter tido qualquer oportunidade de ser ouvido. Nesses casos, somente deverá ocorrer coisa julgada para o titular do direito que não tenha participado do contraditório se a decisão lhe for favorável”, in <http://jus.com.br/artigos/11952/partes-e-terceiros-no-processo-civil/2#ixzz2nmgucvuj>, acesso em 25.11.12. Tal tese também é defendida pelo autor em outra oportunidade: “Partes e terceiros no processo civil: cinco dimensões da qualidade de parte à luz dos princípios constitucionais do acesso à justiça e do contraditório”, in *Direito civil e processos: estudos em homenagem ao professor Arruda Alvim*, p. 1.056.

¹². EDUARDO SECCHI MUNHOZ, “A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário: limites do instituto da arbitragem”, in *Processo Societário*, pp 89-91.

a tendência internacional, ao menos da Itália, Alemanha e Portugal, é a de estender a coisa julgada àqueles que não participaram de um litígio societário, desde que lhes tenha sido dada a oportunidade de participar do processo arbitral.

Mais tímido é o questionamento jurisprudencial sobre essa questão. Poucas vezes os tribunais debruçaram-se sobre a possibilidade de a coisa julgada não se estender de forma automática ao substituído.¹³ Incidentalmente no julgamento de um conflito de competência, o Superior Tribunal de Justiça levanta essa questão e afirma existir uma “viva discussão doutrinária” sobre esse ponto. Em que pese a profundidade do voto da Ministra NANCY ANDRIGHI, não houve um claro posicionamento da tese acolhida, porque o caso envolvia o envolvimento da Caixa Econômica Federal e, por consequência, a competência da Justiça Federal para julgar a causa.¹⁴ Entretanto, ficou evidente nesse posicionamento que não se trata de uma questão de simples solução e que envolve também uma opção política a ser feita:

“se, por um lado, não é justo que se estenda a coisa julgada formada no primeiro processo a pessoas que dele não participaram, também não é justo que se retire a eficácia de uma sentença favorável à parte, obtida no primeiro julgamento, pela mera propositura

¹³. A título de exemplo, no sentido de que a coisa julgada estende-se ao substituído: STJ, 4ª T., REsp 44925/GO, rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, j. 21.6.94.

¹⁴. “Em princípio, não seria possível vislumbrar qualquer conflito na hipótese dos autos. Não há, entre os processos que deram origem a este incidente, identidade de partes que justificasse a afirmação de que dois ou mais juízes tenham se declarado competentes para a *mesma causa*. Contudo, neste processo é preciso que se atente para um detalhe fundamental: nas ações têm por objeto a nulidade de uma assembleia societária, há viva discussão doutrinária acerca da *extensão subjetiva da coisa julgada* formada pela sentença. Há quem defenda que nessas ações a coisa julgada estende-se a todos os sócios que teriam interesse, tanto na manutenção como na invalidação do ato, ainda que não tenham participado do processo. e há quem defenda que não há extensão da coisa julgada, resolvendo-se toda a celeuma mediante a aplicação da teoria, criada por Liebman, que separa efeitos da sentença e imutabilidade da coisa julgada. prevalece, neste segundo grupo, a ideia de que a coexistência de várias sentenças acerca do mesmo tema é possível, mas somente aquela proferida em último lugar deveria ser considerada válida. essa observação inicial é necessária apenas para se ressaltar que, caso seja adotada a primeira das correntes de pensamento, naturalmente seria imperioso admitir a existência de conflito de competência, já que, havendo possibilidade de extensão da coisa julgada a terceiros, é de se considerar que esses terceiros, ao menos por força de uma substituição processual ficta, integram a relação jurídica processual em todas as ações ajuizadas. Se adotada a segunda corrente de pensamento, de que não há extensão da coisa julgada, o reconhecimento do conflito, com a reunião dos processos, somente poderia ser admitido caso se encontrasse algum outro fundamento teórico para tanto”, in STJ, 2ª S., CC 117.987, rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, v.u., j. 12.12.12.

e julgamento de uma ação subsequente. Ainda que se determine a citação do autor da primeira demanda, essa possibilidade implicaria o exercício anômalo de uma ação rescisória, fora das hipóteses legais. Ontologicamente, não há diferença entre privilegiar a primeira ou a segunda coisa julgada. De um modo ou de outro, haverá lesão a direito. Disso decorre que a polêmica é viva e suscita muitos desafios. Propor uma solução não é possível sem uma longa reflexão, de que resulte a atuação do Congresso Nacional, mediante a previsão, em lei, de regras especiais que disciplinem o tema. Enquanto tal solução não é editada, contudo, é preciso encontrar um modo de compor os conflitos que, no dia a dia, apresentam-se ao intérprete da Lei. E, tendo em vista a sensibilidade com que o tema se apresenta, a única forma de compor esses conflitos *é evitando, sempre que possível, a coexistência de sentenças contraditórias sobre um ato indivisível*. Ou seja, o Poder Judiciário, ciente da dificuldade do tema, deverá atuar para conferir segurança jurídica a todos os que, na vida ordinária, pretendam estabelecer relações jurídicas com a sociedade cuja deliberação assemblear é questionada”.

Claro que, por se tratar de um trabalho acadêmico e não haver nenhum método indutivo como metodologia, a presente tese não terá como premissa a posição da jurisprudência. Mas esse julgado é especialmente importante por ser um dos poucos, se não o único, de um Tribunal Superior, que questiona de forma mais profunda a solução clássica dada para a substituição processual e sua relação com a coisa julgada no processo civil individual. E também, apesar desse enfrentamento no precedente acima ter se dado somente no fundamento do acórdão, ficou evidente a (a) existência de uma preocupação, diante da insatisfatória resposta clássica para o problema, (b) a insuficiência da utilização dos mecanismos clássicos e positivados para uma solução, e (c) a preocupação com a segurança jurídica.

São esses mesmos pontos que tornam útil a presente tese de doutorado e demonstram a importância desse tema. Em que pese outros doutrinadores terem também apresentado objeção ao alcance automático da coisa julgada para o substituído, diante da própria natureza dos temas escritos, não houve um

enfretamento mais aprofundado de uma série de consequências para a afirmação de que a coisa julgada nem sempre se estende ao substituído.

Portanto, apesar de recentemente diversos doutrinadores de peso tratarem do tema em obras diversas, há espaço para uma sistematização atualizada do assunto, com enfoque nas recentes alterações legislativas e do próprio pensamento jurídico.

Esse tema envolve algumas questões a serem tratadas, com especial enfoque para a coisa julgada e sua relação com a substituição processual, pois em qual medida a autoridade da definitividade afeta os direitos do substituído? Ou ainda, em até que ponto o art. 472 do Código de Processo Civil aplica-se ao substituído? Este seria considerado parte ou terceiro, para fins de aplicação de tal dispositivo? E quais relevâncias práticas na tomada de defesa por uma ou outra posição? A mesma solução tem de ser dada para o processo civil estatal e para o arbitral?

São essas indagações que a presente tese buscará responder ao trilhar um caminho a seguir. Caminho esse que envolverá alguns *tradeoffs*,¹⁵ mas que fará uma *opção política* clara pelo valor do contraditório e do acesso à justiça. Adotar posição contrária àquela que será defendida não significa abandono de tais prerrogativas. Significa somente que há maior ressalva por outros caminhos. Por isso que a tese buscará equalizar ao máximo o drama do pêndulo de todo processualista: de um lado, a busca por efetividade; de outro, a amplitude por contraditório e pelo *substantive due process of law*, este um irmão siamês da democracia.¹⁶

¹⁵. Apesar de esse termo ter aplicação corrente em estudos de economia, no campo jurídico a adoção de uma posição implicará também a perda ou abandono de força de alguns institutos jurídicos. Para aprofundamento do conceito de *tradeoff*, cfr. GREGORY MANKIW, *Introdução à Economia*, pp. 20 ss.

¹⁶. DINAMARCO, *Processo civil empresarial*, n. 11, pp. 60-62. Assim continua o mestre: “devido processo legal é, pois, irmão siamês da democracia e falar em *due process* é falar em um sistema de *limitações ao exercício e imposição do poder pelos agentes estatais*, em nome de um valor mais elevado que é a liberdade das pessoas, associado ao dever ético de respeitá-lo, superiormente imposto pela Constituição. É falar do respeito, politicamente indispensável, às liberdades, em

3. O exemplo-chave que justifica a tese

A pertinência temática da tese não é apenas teórica, mas também lança projeção para diversos casos práticos. Para enriquecer uma tese, não basta alocar o estudo sobre as consequências teóricas da adoção de um ou outro caminho. É importante pensar no *eixo prático de utilidade* por se ter adotado determinada linha de raciocínio. Ademais, como afirma DINAMARCO, “conhece cada vez menos o direito processual quem só ao direito processual se aplica”. Por isso, a projeção da tese sobre o direito material terá bastante importância.¹⁷

Sem ainda adentrar na natureza de cada caso de substituição processual e especificidades de cada exemplo, é importante ressaltar o reflexo prático que a tese pode encontrar. Os casos abaixo citados terão bastante utilidade ilustrativa para as linhas a serem defendidas e ressaltam a utilidade da tese.

Um dos casos com maior eixo de projeção prática é o do art. 159 da lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1.976 (*Lei das S.A.*), a chamada *ação de responsabilidade*, disposta para ressarcir a companhia por prejuízos causados ao seu patrimônio em razão de má gestão.

Compete à companhia ajuizar a demanda em referência contra o administrador (a chamada ação social *ut universi*), mediante prévia deliberação da assembleia-geral, nas condições dispostas pelo § 1º, ou seja, desde que a responsabilização do administrador seja assunto previsto na ordem do dia, ou seja, decorrência direta de assunto nela incluído. O § 2º do mesmo dispositivo da lei societária afirma, a seu turno, que o administrador ficará impedido e deverá ser substituído na mesma assembleia, sendo de rigor reconhecer que tal impedimento somente exsurge pela deliberação positiva da assembleia-geral, quando então se torna de observância obrigatória.

nome dos valores inerentes à democracia. Diz a doutrina norte-americana que *due process of law* em sentido substancial é “a concept in U.S. and English jurisprudence that establishes *limits to the powers of government*, specifically against the arbitrary deprivation of life, liberty, or property”.

¹⁷. Tal frase está colocada na apresentação feita por DINAMARCO à obra *Desconsideração da personalidade jurídica no processo civil*, deste autor.

Ademais, uma vez aprovado o ajuizamento da demanda pela companhia e não agindo esta no prazo de até três meses da deliberação, qualquer acionista poderá fazê-lo, independentemente de sua participação no capital social, a teor do que dispõe o § 3º do art. 159 da Lei das S.A. (a denominada ação social *ut singuli* por substituição processual derivada ou ação social substitutiva),¹⁸ podendo promover a ação de responsabilidade contra o administrador, tal como deliberado. Por outro lado, se a assembleia deliberar por não demandar o administrador, acionistas que representem cinco por cento do capital social poderão fazê-lo (§ 4º) em nome próprio, mas em favor da Companhia (a chamada ação social *ut singuli* por substituição processual originária ou ação social derivada). O § 5º do art. 159 da Lei das S.A. é expresso no sentido de que o resultado obtido com a demanda reverterá à companhia, assegurando-se ao acionista-autor ressarcimento por todas as despesas incorridas.

Em qualquer de suas modalidades, a ação de responsabilidade visa a atacar o administrador que age em má-fé e contrariamente aos interesses da companhia. Ou seja, a demanda não visa a apurar a inabilidade e sim a improbidade, como bem dispõe o § 6º do art. 159 da Lei das S.A.. Além disso, a ação de responsabilidade contra o administrador pressupõe a rejeição total ou parcial de suas contas.

Nesse dispositivo, fica clara a projeção da presente tese. Se a demanda para apuração de responsabilidade do administrador for movida pelo acionista, na qualidade de substituto processual, a coisa julgada se estende de forma automática para os outros acionistas? E para a companhia, que tem a legitimidade ordinária? O que acontece na situação de pluralidade de demandas? As respostas não são fáceis.

A solução para o processo civil estatal é a mesma para a arbitragem? Como resolver a questão de confidencialidade?

¹⁸. NELSON EIZIRIK, “Inexistência de impedimento do administrador na ação social ‘ut singuli’”, *Revista de Direito Mercantil*, n. 80, pp. 32-38.

Essas indagações ganham maior relevo, em razão de algumas companhias abertas estarem listadas no *Novo Mercado* e, com isso, devem ter, obrigatoriamente, cláusula compromissória de arbitragem em seu estatuto, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, a teor do que dispõe o § 3º do art. 103 da Lei das S.A. e a Seção XIII do *Regulamento de Listagem do Novo Mercado*.¹⁹

A questão ganha novos contornos na arbitragem, na medida em que muitas vezes há cláusula de confidencialidade e os demais acionistas sequer têm a chance de ter conhecimento do litígio. Inclusive, alguns acionistas podem não ter ingressado na companhia após essa alteração estatutária ou mesmo sequer concordado com ela (caso de aprovação por maioria, p.ex.). Ou pior: o acionista pode ter expressamente votado contra a cláusula compromissória. Pois então, nessa situação, o acionista está vinculado a tal cláusula? Quais os mecanismos a serem utilizados para a solução desse problema, em especial o da coisa julgada da sentença arbitral? Há uma automática vinculação de todos os demais acionistas?

Esse problema na arbitragem pode ter grande repercussão prática. Somente no período de 2003 a 2010, 90% das ofertas públicas iniciais ocorreram no âmbito desse segmento do *Novo Mercado*. Como EDUARDO SECCHI MUNHOZ afirma, “à medida que novas ofertas públicas de ações ocorrem, a maior parte delas no âmbito do Novo Mercado, a arbitragem obrigatoriamente passa a ser adotada como meio de solução de conflitos por um maior número de companhias”.²⁰

Mais uma vez, o caminho a ser adotado passará por um *tradeoff*. De um lado, a afirmação de que a coisa julgada estende-se a todos cria uma situação de aparente maior segurança jurídica, de modo que haverá somente uma

¹⁹. “13.1. A BOVESPA, a Companhia, o Acionista Controlador, os Administradores e os membros do conselho fiscal da Companhia comprometem-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ou oriunda deste Regulamento de Listagem, do Contrato de Participação no Novo Mercado, das Cláusulas Compromissórias, em especial, quanto à sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem, nos termos do seu Regulamento de Arbitragem”.

²⁰. “A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário: limites do instituto da arbitragem”, in *Processo Societário*, p. 87. Os dados citados também foram extraídos desse artigo.

demanda para tratar do mesmo fato. Mas de outro pode tolher o contraditório e gerar, até mesmo, margem para distorções e fraudes.

E o outro lado da moeda também poderá gerar uma série de demandas, em especial em uma companhia com capital social pulverizado. Por isso é que a presente tese terá de escolher um caminho a seguir e buscará meios para minimizar os danos da trilha, como será visto mais abaixo.

4. Outros exemplos práticos que justificam a tese

Apesar de o exemplo da *ação de responsabilidade* ser bem ilustrativo e abranger uma série de situações com difíceis soluções práticas, essa problemática também acontece em diversos outros exemplos, até mesmo na Lei das S.A..

Os conflitos societários têm grande potencial para ter natureza coletiva ou multitudinária,²¹ o que pode gerar mais problemas práticos.

Por ato abusivo de poder de controle da sociedade controladora, esta poderá ser responsável pelos prejuízos que causar à controlada, a teor do que afirma o art. 246 da Lei das S.A.. Segundo o § 1º de tal dispositivo, têm legitimidade para propor tal demanda todos os acionistas, sendo que aqueles que representam mais de cinco por cento do capital social estão dispensados de prestar caução pelas custas e honorários de sucumbência.

²¹. Expressão consagrada por DINAMARCO, in *Litisconsórcio*, n. 147, pp. 402 ss. Erroneamente, mais recente da doutrina vem utilizando a expressão *multiparte*, especialmente na arbitragem. Acredita-se que essa expressão, apesar de transmitir a ideia do símbolo, não é a que tem a técnica mais adequada. Na verdade, a relação processual somente tem duas partes, não importa o número de autores ou réus nela. De um lado, o Estado-juiz (ou Estado-árbitro); de outro, as partes, que esperam um provimento. Ou, sob o aspecto da demanda em si e não da relação processual, há o demandante e o demandado, e somente essas duas partes, pouco faz quantas pessoas estejam de cada lado.

Há, ainda, situações nas quais um acionista detém legitimidade ativa ordinária e autônoma (e não em substituição processual da companhia, como ocorre nas hipóteses dos arts. 159 e 246 da Lei das S.A.).

Vejam-se alguns exemplos. Há (a) as demandas que envolvem a condenação do controlador ou do adquirente do controle a fazer oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas (“OPA”), quando há alienação de controle de companhia aberta, nos termos do art. 254-A da Lei das S.A.. Existe a denominada (b) ação de anulação de deliberação assemblear e a (c) ação de dissolução. Em tais situações, o acionista ajuíza ação em nome dele próprio, já que tem legitimidade autônoma e ordinária (*infra*, n. 9) mas o resultado da demanda afetará a todos. Serão esses casos de substituição processual? Ou seja, será que nessas situações o acionista-autor é substituto processual dos demais acionistas? Qual a interferência da demanda movida por um acionista para os demais? E no caso de pluralidade de ações com resultados contrários, como resolver?

Além dos litígios societários, a tese tem projeção relevante em outras situações.

Basta verificar o art. 1.549 do Código Civil para se notar que qualquer interessado, ou o Ministério Público, pode ajuizar demanda para decretar a nulidade do casamento, pelos motivos dispostos no art. 1.548 do Código Civil (enfermo mental sem discernimento e infringência dos motivos de impedimento para casar). Em uma situação como essa, pode depois um dos cônjuges propor uma nova ação de nulidade? Qual é o grau de interferência do cônjuge (legitimado ordinário) em uma demanda movida por um interessado (legitimado extraordinário) contra o outro cônjuge? Ou ainda, como fica o polo ativo dessa demanda, se os dois cônjuges estiverem no polo passivo? Pode haver uma relação de antagonismo entre o legitimado ordinário e o extraordinário?

Há também o art. 1.552, inc. II e III, do Código Civil, que estipula a legitimidade de representante legal ou ascendente para pedir a anulação do casamento contraído por menores de dezesseis anos, cuja problemática é muito semelhante àquela disposta acima.

O art. 3º da lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2.009 (*Lei do Mandado de Segurança*) dispõe a legitimação de portador de direito líquido e certo se o terceiro, titular do direito, não impetrar mandado de segurança em trinta dias após notificação judicial.

E a lei contém ainda uma legitimação extraordinária diversa de todas as outras, que é o caso do agente fiduciário de debenturistas, que tem legitimidade para defender os interesses deles, a teor do § 3º do art. 68 da lei das S.A..²² Como será visto mais adiante, trata-se de uma hipótese de legitimidade extraordinária autônoma e exclusiva (*infra*, n. 9). Ou seja, é uma situação em que a lei outorgou ao substituto processual a legitimidade exclusiva em relação à legitimidade do detentor do direito.

Os exemplos acima, tanto quanto outros que podem ser citados, servem para demonstrar a utilidade da tese e a importância prática do que será defendido nas páginas a seguir.

²². Exemplo trazido por ARAKEN DE ASSIS, “Substituição processual”, *Leituras complementares de processo civil*, n. 2, p. 56. EDUARDO TALAMINI entende que se trata de representação e não caso de substituição processo, in *Coisa julgada e sua revisão*, n. 2.5.7, nota 162, p. 115.

CAP. V: ENCERRAMENTO

5. Conclusões

A presente tese tratou do instituto da substituição processual e sua relação com a coisa julgada no processo civil individual, seja estatal ou arbitral.

Como restou demonstrado, a pertinência temática da tese reside no fato de que precisa ser revisitado o dogma de que a coisa julgada estende-se de forma automática ao substituído que não participou do processo. Essa necessidade advém de uma análise pormenorizada de diversos princípios constitucionais que são pilares de qualquer Estado Democrático de Direito, como *due process of law*, contraditório, isonomia processual e inafastabilidade da tutela jurisdicional.

Diante da necessidade de harmonização do art. 472 do Código de Processo Civil com tais princípios constitucionais, pode-se concluir que não encontra amparo no ordenamento jurídico vigente a afirmação de que a coisa julgada estende-se de forma automática ao substituído. Para que a imutabilidade dos efeitos da sentença estenda-se ao substituído, é necessário que tenha sido dada a oportunidade para que ele tenha realizado o binômio que forma o contraditório, qual seja, o órgão julgador tem de ter dada a *informação*, para que o substituído possa realizar a *reação*.

No ordenamento brasileiro não há uma regra que exija que o juiz adote tal postura. Entretanto, tais princípios constitucionais impõem que o juiz tome todas as medidas necessárias para que o substituído possa exercer o contraditório, tomando como analogia o art. 94 do Código de Defesa do Consumidor, que tem aplicação no microssistema dos processos coletivos.

Justamente pela ausência de regramento legal, é salutar que no Brasil haja uma legislação que preveja um mecanismo para que se presuma que o substituído tenha conhecimento da demanda, seja com a previsão de uma informação

editância ou mesmo pessoal, com a inclusão de um ônus ao substituto: que faça parte dos requisitos da petição inicial que ele indique a qualificação e endereço do substituído, para que possa ser expedida notificação para ele defender-se.

Pensando nos litígios societários, cuja tese tem bastante repercussão prática, é importante fazer uma análise mais profunda.

Igualmente, o sócio não-litigante só fica vinculado à coisa julgada quando a demanda movida pelo sócio litigante tiver sido objeto de conhecimento por todos os interessados. Apesar de não haver lei específica sobre essa questão, com base nas garantias constitucionais do devido processo legal, contraditório, ampla defesa e inafastabilidade da tutela jurisdicional, e, por analogia ao art. 94 do Código de Defesa do Consumidor, nada impede que o juiz adote essa postura e ordene o conhecimento a todos os sócios. Inclusive, a própria companhia pode fazê-lo, por meio da publicação de um *Fato Relevante*. Essa necessidade de publicação de fato relevante prevalece até mesmo em questões que estejam sob sigilo, pois faz surgir o *princípio da informação completa*.

Ademais, convém colocar no polo passivo todos os sócios que já se manifestaram em sentido contrário daquele que pretende ajuizar eventual ação.

Em complemento, *de lege ferenda*, é importante que (a) haja prazos menores de prescrição e decadência para os sócios impugnarem os atos societários; (b) crie-se mecanismo para o sócio-litigante ou a própria companhia dar conhecimento a todos os acionistas acerca da existência de um litígio. Como paralelo, em Portugal a lei expressamente facultou a possibilidade de os sócios intervirem no processo. Ademais, (c) visando a reforçar a segurança jurídica, é conveniente que a legislação preveja o foro da companhia como de competência absoluta para discussão de demandas em que ela estiver no polo passivo.

Nas situações envolvendo arbitragem, a importância de adoção de revisão da solução clássica é ainda ululante.

Primeiramente, deve-se relativizar o sigilo do procedimento arbitral, que em muitas vezes dificulta um terceiro espontaneamente ter

conhecimento da demanda arbitral e intervir. Ao ser instaurado um procedimento arbitral, seja em litígios envolvendo a companhia e algum acionista, ou seja, entre acionistas, cujo resultado pode interferir na companhia, esta tem de emitir um *Fato Relevante* ou outra espécie de comunicação, para garantir que os demais acionistas tenham ao menos ciência do objeto do processo.

Essas soluções propostas, que buscam ao máximo aproveitar o direito vigente, tem inspiração em outras legislações, como restou acima demonstrado. Na *Itália*, os litígios societários em arbitragem obrigatoriamente terão de ser arquivados e todos os sócios terão acesso à informação. Na *Alemanha*, o Supremo Tribunal impôs uma série de condições para que um litígio societário seja levado à arbitragem: a convenção de arbitragem deve ter sido inserida no estatuto com unanimidade de sócios, a sociedade contra qual é ajuizada a ação deve notificar todos os acionistas, para que possam intervir na arbitragem como assistentes, o sócio deverá informar de que lado da demanda quer participar, todos os sócios poderão participar da nomeação dos árbitros, a menos que antes haja uma convenção estipulando uma instituição neutra para tal nomeação, e deve ser assegurado que todos eventuais litígios envolvendo a mesma questão sejam decididos perante o mesmo tribunal arbitral. Por sua vez, na *Espanha*, é permitido que os litígios societários sejam levados à arbitragem, mas desde que a cláusula institucional tenha aprovação de 2/3 do capital social.

Já em relação à escolha dos árbitros, deve-se pensar nas diversas posições, convergentes e divergentes, que podem existir, além do risco de manipulação. Como na arbitragem há uma mitigação do princípio do juiz natural, o esquema mais utilizado na prática para escolha dos árbitros, como o demandante escolhendo um, o demandado outro, e o Tribunal o terceiro, pode dar azo a situações de conluio (entre demandante e demandado), além de não apresentar uma resposta satisfatória para essa multiplicidade de situações. Diferentemente do que ocorre na Itália e Espanha, em que há regras específicas para a solução do problema, no Brasil, pensando em privilegiar o princípio do juiz natural, o melhor é nenhuma parte nomear árbitro e deixar a cargo do Presidente da Câmara Arbitral a composição do Tribunal Arbitral, ou, ainda, realizar um sorteio entre os árbitros integrantes da Câmara Arbitral.

Adicionalmente, se o legitimado ordinário intervém na qualidade de assistente, não se aplica o disposto no art. 53 do Código de Processo Civil, sendo-lhe permitido renunciar ao direito, reconhecer o pedido e também transigir, atos esses que o substituto não pode praticar.

Em conclusão, a tese objetivou mostrar que o dogma da extensão da coisa julgada ao substituído não pode mais ser aceito de forma indiscriminada e precisa ser revisto, especialmente diante de um momento político e legislativo propensos a novas propostas.

BIBLIOGRAFIA

- ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *O conceito de terceiro no processo civil*, Revista da Faculdade de Direito da USP, 99, 2004.
- ALLORIO, Enrico. *La cosa giudicata rispetto ai terzi*, ristampa, Milão, Giuffrè, 1992.
- _____. *L'ordinamento giuridico nel prisma dell'accertamento giudiziale*, Problemi di diritto, vol. 1, Milão, Giuffrè, 1957.
- _____. Trent'anni di applicazione del Codice di Procedura Civile (saggio introduttivo), *Commentario del Codice di Procedura Civile*, I, Torino, Utet, 1973.
- ALMAGRO NOSETE, José. *Constición y proceso*, Barcelona, Bosch, 1984.
- ALVARO DE OLIVEIRA, Carlos Alberto. *Alienação da coisa litigiosa*, Rio de Janeiro, Forense, 1984.
- ALVIM, Thereza. *O direito processual de estar em juízo*, São Paulo, RT, 1996.
- ARMELIN, Donaldo. *Legitimidade para agir no direito processual civil brasileiro*, São Paulo, RT, 1979.
- ASSIS, Araken de. "Substituição processual", in *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, n. 26, p. 45-64, 2003.
- _____. "Execução da tutela antecipada", in Sérgio Shimura – Teresa Arruda Alvim Wambier (org.), *Processo de execução*, São Paulo, RT, 2001.
- _____. "Suprimento da incapacidade processual e da incapacidade postulatória", in *Doutrina e prática do processo civil contemporâneo*, São Paulo, RT, 2001.
- ARRUDA ALVIM, Eduardo. "Apontamentos sobre o processo das ações coletivas", in *Processo Civil coletivo* (obra coletiva), coord. Rodrigo Mazzei e Rita Dias Nolasco, São Paulo, Quartier Latin, 2005.
- ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Código de Processo Civil comentado*, vol. 2, São Paulo, RT, 1975.
- _____. *Manual de direito processual civil*, vols. 1 e 2, 6ª ed., São Paulo, RT, 1997.

- _____ “Impossibilidade de substituição processual voluntária face ao código de processo civil”, *Revista de processo*, n. 5.
- _____ “A posição dos sócios e associados em relação a ações movidas contra as sociedades e associações de que façam parte”, *Processo societário* (obra coletiva), coord. Flávio Luiz Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira, São Paulo, Quartier Latin, 2012.
- ATTARDI, Aldo. *L “interesse ad agire*, Padova, Cedam, 1955.
- BAPTISTA DA SILVA, Ovídio A., *Comentário ao CPC*, São Paulo, RT, vol. 1, 2000.
- BARBI, Celso Agrícola, *Do mandado de segurança*, 10ª ed., Rio, Forense, 2000.
- _____ *Comentários ao CPC*, 10ª ed., Rio de Janeiro, Forense, vol. 1, 1998. 9
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos. “Apontamentos para um estudo sistemático da legitimação extraordinária”, in *Direito processual civil*, Rio de Janeiro, Borsói, 1971.
- _____ “Reconvenção”, in *Direito processual civil*, Rio de Janeiro, Borsói, 1971.
- _____ “Ações coletivas na Constituição Federal de 1988”, in *Revista de Processo*, São Paulo, RT, vol. 61, 1991.
- _____ *Direito aplicado*, vol. II, Rio de Janeiro, Forense, 2002.
- _____ *O novo processo civil brasileiro*, 22ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2002.
- _____ *Comentários ao CPC*, 11ª ed., Rio de Janeiro, Forense, vol. 5, 2003.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo – influência do direito material sobre o processo*, 2ª ed., São Paulo, Malheiros, 2001.
- _____ *Efetividade do processo e técnica processual*, São Paulo, Malheiros, 2006.
- _____ *Código de processo civil interpretado*, Coord. Antônio Carlos Marcato, Ed. Atlas, 2004, Comentários ao art. 6º do Código de Processo Civil, p. 56-58.
- BENEVIDES DE CARVALHO, *Técnica processual e controvérsias derivadas da lei das sociedades por ações*, doutorado, USP, 2011.
- BIANQUI, Pedro Henrique Torres. *A desconsideração da personalidade jurídica no processo civil*, São Paulo, Saraiva, 2011.

- BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. *Reconvenção no processo civil*, São Paulo, Saraiva, 2009.
- BOTELHO DE MESQUITA, José Ignacio. “A coisa julgada no Código de Defesa do Consumidor”, *Coisa julgada*, Rio de Janeiro, Forense, 2004.
- BUENO, Cássio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro – um terceiro enigmático*, São Paulo, Saraiva, 2006.
- _____. *Partes e terceiros no processo civil brasileiro*, São Paulo, Saraiva, 2003.
- _____. *Mandado de segurança*, São Paulo, Saraiva, 2002.
- CALIXTO, Negi e MARINS, Victor A. A. Bonfim. “Eficácia da sentença e coisa julgada perante terceiros”, in *Revista dos tribunais*, vol. 632, 1988.
- CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*, 8ª ed., Rio de Janeiro, Forense, vol. 3, 1998.
- _____. *A ação no direito processual civil*, Imprensa Oficial da Bahia, 1960.
- _____. “Substituição Processual e interesses difusos, coletivos e homogêneos. Vale a pena pensar de novo?”, *Livro de Estudos Jurídicos*, vol. 6, Instituto de Estudos Jurídicos, Rio de Janeiro, 1993.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Lumen Júris, 2001.
- CAMPOS JÚNIOR, Ephraim de. *Substituição processual*, São Paulo, RT, 1985.
- CANTIDIANO, Leonardo. *Reforma da Lei das S.A.* Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- CAPPELLETTI, Mauro. “Apontamentos sobre o processo coletivo, o acesso à justiça e o devido processo legal”, in *Gênesis – Revista de Direito Processual Civil*, n. 4, Curitiba, 1997.
- _____. *The judicial process in comparative perspective*, Oxford: Clarendon Press, 1991.
- _____. “La protection d’interests diffus et collectifs dans le procès civil”, in *Revue Internationale de Droit Comparé*, n. 3, Paris, 1975.
- CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo - um comentário à Lei 9.307/96*. São Paulo, 3ª edição, São Paulo, Malheiros, 2009.

- CARNACINI, Tito. “Tutela giurisdizionale e tecnica del processo”, in *Studi in onore di E. Redenti*, II, Milano, 1951. 10
- _____ *Il litisconsorzio nelle fasi di gravame*, Padova, Cedam, 1937.
- CARNEIRO, Athos Gusmão. *Intervenção de terceiros*, 10ª ed., São Paulo, Saraiva, 1998.
- CARNELUTTI, Francesco. “Cosa giudicata e sostituzione processuale”, *Revista di diritto processuale civile*, Pádua, Cedam, vol. 19, 1942.
- _____ *Diritto e processo*, Nápoles, Morano, s.a..
- _____ *Istituzioni del processo civile italiano*, vol. I, 5ª ed., Roma, Foro it., 1956.
- _____ “Efficacia diretta e riflessa dellla cosa giudicata”, vols. I e II, in *Studi di diritto processuale*, Padova, Cedam, 1925.
- _____ *Teoria generale del diritto*, Roma, Foro it., 1940.
- CARPI, Frederico. *L'efficacia “ultra partes” della sentenza civile*, Milão, Giuffrè, 1974.
- CASTRO, Artur Anselmo de. *Direito processual civil declaratório*. Coimbra, Almedina, 1982.
- CHIOVENDA, Giuseppe. *Istituzioni di diritto processuale civile*, s.a., trad. port. de J. Guimarães Menegale, *Instituições de direito processual civil*, vol. I, II e III, 3ª ed., São Paulo, Saraiva, 1969.
- _____ *Principii di diritto processuale civile*, Napoli, Jovene, 1928.
- CINTRA, Antônio Carlos Araújo. “Estudo sobre a substituição processual no direito brasileiro”, *Revista dos tribunais*, São Paulo, RT, vol. 438, 1972.
- _____ ; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*, 19ª ed., São Paulo, Malheiros, 2003.
- CORNU, Gérard e FOYER, Jean. *Procédure civile*. 3ª ed., Paris, Puf, 1996.
- COSENTINO, Francesco. “I limiti soggettivi del giudicato”, *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, 1961.
- COUTURE, Eduardo Juan. *Fundamentos del derecho procesal civil*, 3ª ed., Buenos

Aires, Depalma, 1997.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Da reconvenção*, São Paulo, Saraiva, 1984.

_____ *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil*, São Paulo, RT, 2006.

_____ *Constituição de 1988 e processo*, São Paulo, Saraiva, 1989 (em coop. com Rogério Lauria Tucci).

_____ *“Class Action” e mandado de segurança coletivo*, São Paulo, Saraiva, 1990.

DALAZEN, João Oreste. “Notas sobre a substituição processual e a lei n. 8.073/90”, in *Ltr revista legislação do trabalho*, São Paulo, vol. 55, 1991.

DELGADO, José Augusto. “Aspectos controvertidos da substituição processual”, in *Revista de Processo*, São Paulo, vol. 47, RT, 1987.

DE MARINI, Carlo Maria. *La sucessione nel diritto controverso*, Roma, Foro italiano, 1953. 11

DENTI, Vittorio. “Apunti sul litisconsorzio necessario”, *Rivista di diritto processuale*, 1959.

DI BLASI, Ferdinando Umberto. “Sostituzione processuale”, in *Novissimo digesto italiano*, Turim, Utet, vol. 17, 1970.

DIAS, Francisco Barros. “Substituição processual (algumas hipóteses da nova Constituição)”, in *Revista de Processo*, São Paulo, RT, vol. 55, 1989.

DIDIER JR., Fredie. *Recurso de terceiro – juízo de admissibilidade*, São Paulo, RT, 2005.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma do Código de Processo Civil*, 3ª ed., São Paulo,

Malheiros, 1996.

_____ *Fundamentos do processo civil moderno*, vol. I, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2010.

_____ *Fundamentos do processo civil moderno*, vol. II, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2010.

- _____. *Instituições de direito processual civil*, vol. I, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009.
- _____. *Instituições de direito processual civil*, vol. II, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009.
- _____. *Instituições de direito processual civil*, vol. III, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009.
- _____. *Litisconsórcio*, 8ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009.
- _____. *Vocabulário do processo civil*, São Paulo, Malheiros, 2009.
- _____. *A instrumentalidade do processo*, 14ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009.
- _____. *Teoria geral do processo*, 24ª ed., São Paulo, Malheiros, 2008.
- (em coop. com Ada Pellegrini Grinover e Antônio Carlos de Araújo Cintra).
- DINAMARCO, Pedro da Silva. *Ação civil pública*, São Paulo, Saraiva, 2001.
- ESCOBEDO, Felicia. *L'eccezione in senso sostanziale*, Milano, Istituto editoriale scientifico, 1927.
- FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. *A ação declaratória incidental*, Rio de Janeiro, Forense, 1976.
- FABBRINI, Giovanni. “Litisconsorzio”, in *Enciclopedia del diritto*, Milão, Giuffré, vol. 14, 1974.
- FAZZALARI, Elio. “Sostituzione processuale”, in *Enciclopedia del diritto*, Milão, Giuffré, vol. 43, 1990.
- _____. *Istituzioni di diritto processuale*, Pádua, Cedam, 1975. 12
- FERRAZ, Sérgio. *Mandado de segurança (individual e coletivo) – aspectos polêmicos*, 2ª ed., São Paulo, Malheiros, 1992.
- _____. *Assistência litisconsorcial no direito processual*, São Paulo, RT, 1979.
- FERREIRA, William Santos. “Situação jurídica no processo do adquirente de bem litigioso e dos herdeiros e sucessores no caso de falecimento da parte diante do novo Código Civil”, in *Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins* (obra coletiva), coord. Fredie Didier Jr. e Teresa

- Arruda Alvim Wambier, São Paulo, RT, 2004.
- FLAKS, Luis Antonio. “Arbitragem na reforma da Lei das S.A”. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, n. 131, São Paulo, Malheiros, p. 103, 2003.
- FOMEL, Maria José A. “Substituição processual”, in *Revista do curso de direito da Universidade Federal de Uberlândia*, vol. 19, 1990.
- FORNACIARI JÚNIOR, Clito. *Da reconvenção no direito processual civil brasileiro*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1983.
- _____ “O recurso de quem não é parte”, in *Tribuna do Direito*, n. 92, dezembro de 2002.
- GARBAGNATI, Edoardo, *Sostituzione processuale*, Giuffré.
- GIDI, Antônio. *Coisa julgada e litispendência em ações coletivas*, São Paulo, Saraiva, 2005.
- GIUSSANI, Andrea. *Studi sulle “class action”*, Padova, Cedam, 1996.
- GOLDSCHMIDT, James. *Zivilprozessrecht*, s.a., trad. esp. de Leonardo Prieto Castro, *Derecho procesal civil*, Madrid, Labor, 1936.
- GRASSO, Biagio. *Saggi sull’eccezione d’inadempimento e la risoluzione del contratto*, Napoli, Scientifiche Italiane, 2000.
- GRECO FILHO, Vicente. “Comentários ao Código de Proteção do Consumidor” (obra coletiva), São Paulo, Saraiva, 1991.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. *Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1999.
- _____ “As garantias constitucionais do processo nas ações coletivas”, in *Revista de processo*, n. 43, 1986.
- _____ ; CALMON, Petrônio; *Direito processual comparado; XIII World Congress of Procedural Law*.
- GUASP, Jaime. *Derecho procesal civil*, t. I, 4ª ed., Civitas, 1998.
- HABSCHEID, Walter J.. trad. port. de Arruda Alvim, *As bases do direito processual civil*, in *Revista de processo* 11-12 (1978), pp. 117-145.

- HELLWIG, Konrad. *System des deutschen Zivilprozessrechts*, Reimp, Aalem, Scientia, 1968.
- HÉRON, Jacques. *Droit Judiciaire Privé*, Paris, Montchrestien, 1991.
- HERZOG, Peter. *Civil Procedure in France*, Hague, Martinus Nijhoff, 1967.
- IHERING, Rudolf von. “Des effets réflexes ou de la réaction exercée sur les tiers par les faits juridiques”, in *Études complémentaires de l’esprit du droit romain*, 5-9, tradução fr. OCTAVE DE MEUENAERE, Paris, Libr. A. Maresq, 1903. 13
- JARDIM, Afrânio Silva, “O princípio dispositivo e a intervenção do Ministério Público no processo civil moderno”, in *Revista de Processo* n. 44, pp. 166-175.
- JAUERNIG, Othmar. *Zivilprozeßrecht*, 1998, trad. it. de F. Silveira Ramos, *Direito processual civil*, Coimbra, Almedina, 2002 (em coop. com Friedrich Lent).
- JORGE, Flávio Cheim. *Teoria Geral dos Recursos Cíveis*, Rio de Janeiro, Forense, 2003.
- KOHLER, Josef. *Gesammeltbeiträge zum Zivilprozess*, Reimp, Aalem, Scientia, 1969.
- LACERDA, Galeno. “Remédios Processuais do administrado contra a Administração”, in *Revista de Direito Processual Civil*, vol. 2, 1960.
- LAMBAUER, Mathias. *Do litisconsórcio necessário*, São Paulo, Saraiva, 1982.
- LAMY FILHO, A. e BULHÕES PEDREIRA, J. L.. *Direito das companhias* (obra coletiva). Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- LENT, Friedrich. *Zivilprozeßrecht*, 1998, trad. it. de F. Silveira Ramos, *Direito processual civil*, Coimbra, Almedina, 2002 (em coop. com Othmar Jauernig).
- LEONEL, Ricardo de Barros. *Manual do processo coletivo*, São Paulo, RT, 2002.
- LESSONA, Carlo. “Carattere della eccezione di cosa giudicata”, *Foro it.*, a. 28., fasc. 6.
- LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manuale di diritto processuale civile*, 1980, trad. port. de Cândido Rangel Dinamarco, *Manual de direito processual civil*, vol. I, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2005.
- _____. *Efficacia ed autorità della sentenza*, Reimp, Milão, Giuffrè, 1962.
- LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes. *Limites objetivos e eficácia preclusiva da*

coisa julgada, São Paulo, Saraiva, 2012.

_____ *Honorários advocatícios no processo civil*, São Paulo, Saraiva, 2008.

LOPES DA COSTA, Alfredo de Araújo. *Da intervenção de terceiros no processo*, São Paulo, Teixeira, 1930.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Eficácia das decisões e execução provisória*, São Paulo, RT, 2000.

_____ “Garantia do tratamento paritário das partes”, in *Garantias constitucionais do processo civil*, coord. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI, São Paulo, RT, 1999.

MAGANO, Octávio Bueno. *Substituição processual*, São Paulo, 2001.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação civil pública*, 7ª ed., São Paulo, RT, 2001.

_____ *Ação popular*, São Paulo, RT, 1993.

MANDRIOLI, Crisanto. “Delle parti e dei difensori”, in ALLORIO, Enrico, *Commentario del Codice di Procedura Civile*, Turim, Utet, vol. 1, T. II, 1973.

MARANO, “Limiti alla rilevabilità d’ufficio della nullità del contratto”, in *Giust. Civ.*, 1990, II, pp. 57 ss.

MARCATO, Antônio Carlos. *Procedimentos especiais*, São Paulo, Atlas, 2004.

MARINONI, Luiz Guilherme. *A antecipação da tutela*, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2000.

MARTINS, Pedro Batista. “A arbitragem nas sociedades de responsabilidade limitada”. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, n. 126, 2002.

MARQUES, José Frederico. *Instituições de direito processual civil*, vols. I a V, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1963.

_____ *Manual de direito processual civil*, 5ª ed., São Paulo, Saraiva, 1977.

MAURÍCIO, Ubiratan de Couto. *Assistência simples no direito processual civil*, São Paulo, RT, 1983.

MAZZILI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*, 11ª ed., São Paulo, Saraiva, 1999. 14

_____ “Notas sobre a mitigação da coisa julgada no processo coletivo”, in *Processo*

- civil coletivo* (obra coletiva), coord. Rodrigo Mazzei e Rita Dias Nolasco, São Paulo, Quartier Latin, 2005.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública*, Atual. Arnaldo Wald e Gilmar Ferreira Mendes, 23ª ed., São Paulo, Malheiros, 2001.
- MENCHINI, Sergio. “Regiudicata civile”, *Digesto delle discipline privatistiche*, sezione civile, vol. 16, Torino, Utet, 1997.
- MENDES, Aloísio Gonçalves de Castro. “Código Modelo de processos coletivos”, *Tutela coletiva* (obra coletiva), coord. PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON, São Paulo, Atlas, 2006.
- MENEZES, Cláudio Armando Couce de. “Controvérsias sobre a substituição processual”, *Ltr revista legislação do trabalho*, São Paulo, vol. 55, 1991.
- MESQUITA, José Ignácio Botelho de. “O mandado de segurança – contribuição para o seu estudo”, in *Revista de processo* n. 66, pp. 122-137.
- MONACCINI, Luigi. *Azione e legittimazione*, Milão, Giuffrè, 1951.
- MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Sentença e coisa julgada*. Rio de Janeiro, Aide, 1992.
- _____. “Observações sobre os limites subjetivos da coisa julgada”, in *Revista dos tribunais*, vol. 625, 1987.
- MONTERO AROCA, Juan. *La legitimacion en el proceso civil*, Madrid, Civitas, 1994.
- MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*, ed. Atlas, 2000.
- MOURA, Mário Aguiar. “Substituição processual”, *Revista de Processo*, São Paulo, RT, vol. 47, 1987.
- MUNHOZ, Eduardo Secchi. “A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário: limites do instituto da arbitragem”, *Processo societário* (obra coletiva), coord. Flávio Luiz Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira, São Paulo, Quartier Latin, 2012.
- NEVES, Celso. “Legitimação processual e a nova Constituição”, in *Revista de Processo*, São Paulo, RT, vol. 56, 1989.

- OLIVEIRA, Waldemar Mariz de. *Substituição processual*, São Paulo, Saraiva, 1971.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Waldemar Mariz de. *Substituição processual*, São Paulo, RT, 1971.
- ORIANI, “Eccezioni”, in *Digesto italiano*, vol. VII, 1991.
- _____ “Eccezione rilevabile di ufficio e onere di tempestiva allegazione: un discorso ancora aperto”, in *Foro it.*, 2001, I
- _____ “Il principio di non contestazione comporta l’improponibilità in appello di eccezioni in senso lato?”, in *Foro it.*, 2003, pp. 1.516 ss.
- PICARDI, Nicola. *La successione processuale*. Milão, Giuffrè, 1964.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil*, Rio de Janeiro, Forense, 1974.
- PROTO PISANI, Andrea. *Lezione di diritto processuale civile*, Nápole, Jovene, 1964.
- _____ *Opposizione di terzo ordinaria*. Nápole, Jovene, 1965.
- _____ “Parte (dir. proc. civ.)”, *Enciclopedia del diritto*, vol. 31, Milão, Giuffrè, 1971.
- _____ *Appunti sui rapporti tra i limiti soggettivi di efficacia della sentenza civile e la garanzia costituzionale del diritto di difesa*, *Rivista Trimestrale di diritto e procesura civile*, 1971.
- RAMOS MÉNDEZ, Francisco. *La sucesion procesal*, Barcelona, Hispano Europea, 1974.
- ROCCO, Ugo. *Trattato di diritto processuale civile*, Torino, Utet, 1957. 15
- _____ *L’“autorità della cosa giudicata e i suoi limiti soggettivi*, Roma, Athenaeum, 1917.
- ROSENBERG, Leo. *Lehrbuch des deutschen Zivilprozessrechts*, 1951, trad. esp. de Angela Romera Vera, *Tratado de derecho procesal civil*, t. I, Buenos Aires, Europa-America, 1955.
- SALOMÃO FILHO, C. *Direito societário e Novo Mercado. O novo direito societário*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

- SATTA, Salvatore. *Diritto processuale civile*, 3ª ed., Padova, Cedam, 1953.
- SEVERO NETO, Manoel. *Substituição processual*, São Paulo, Juarez de Oliveira, 2002.
- SILVA, Bruno Freire e. “A ineficácia da tentativa de delimitação territorial dos efeitos da coisa julgada na ação civil”, in *Processo Civil coletivo* (obra coletiva), coord. Rodrigo Mazzei e Rita Dias Nolasco, São Paulo, Quartier Latin, 2005.
- SILVA, Edson Ferreira da. “Da legitimação extraordinária, inclusive na Constituição de 1988”, in *Revista de processo*, São Paulo, RT, vol. 64, 1989.
- SILVA, José Afonso. *Ação popular constitucional: doutrina e processo*, RT, São Paulo, 1968.
- SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. 1, São Paulo, RT, 2000.
- SILVA, Paulo Costa e. “A transmissão da coisa ou direito em litígio”, in *Contributo para o estudo da substituição processual*, Coimbra, Coimbra editora, 1992.
- TALAMINI, Eduardo. *Coisa julgada e sua revisão*, São Paulo, RT, 2005.
- _____ “Partes, terceiros e coisa julgada (os limites subjetivos da coisa julgada)”, in *Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins* (obra coletiva), coord. Fredie Didier Jr. e Teresa Arruda Alvim Wambier, São Paulo, RT, 2004.
- _____ “Legitimidade, Interesse, Possibilidade Jurídica e Coisa Julgada nas Ações de Impugnação de Deliberações Societárias”, *Processo societário* (obra coletiva), coord. Flávio Luiz Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira, São Paulo, Quartier Latin, 2012.
- TARUFFO, Michele. *I limiti soggettivi del giudicato e le “class actions”*, Rivista di diritto processuale, 1969.
- TESCHINER, José Maria. *Eficácia da sentença e coisa julgada no processo civil*, São Paulo, RT, 2001.
- THEODORO JR., Humberto. *Curso de direito processual civil*, vol. I, 34ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2010.

TROCKER, Nicolò. *Enrico Allorio e la dottrina della riflessione della cosa giudicata rispetto ai terzi*, Rivista di diritto processuale, 2001.

_____. *I limiti soggettivi del giudicato tra tecniche di tutela sostanziale e garanzie di difesa processuale (profili dell'esperienza giuridica tedesca)*, Studi in onore di Enrico Allorio, I, Milano, Giuffrè, 1989.

TUCCI, José Rogério Cruz e Tucci. *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil*, São Paulo, RT.

TUCCI, Rogério Lauria. *Constituição de 1988 e processo*, São Paulo, Saraiva, 1989 (em coop. com José Rogério Cruz e Tucci).

VALCAVI, Giovanni. "Sulla rilevanza d'ufficio dell'eccezione di cosa giudicata", *Riv. di diritto processuale*, a. 8., 1953, n. 3.

VENTURI, Elton. "Sobre a intervenção individual nas ações coletivas", in *Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins* (obra coletiva), coord. Fredie Didier Jr. e Teresa Arruda Alvim Wambier, São Paulo, RT, 2004.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes. *Ação civil pública*, 3ª ed., São Paulo, Atlas, 1999.

_____. *A Lei n. 9.494, de 10 de setembro de 1997, e a nova disciplina da coisa julgada nas ações coletivas: inconstitucionalidade*, Atlas, 1998. 16

_____. *Tutela jurisdicional coletiva*, São Paulo, Atlas, 1998.

VON ADAMEK, Marcelo Vieira. "Responsabilidade Civil dos Administradores de S/A e ações correlatas", São Paulo, Saraiva, 2009.

WATANABE, Kazuo. "Demandas coletivas e os problemas emergentes da prática forense", in *Revista de processo*, vol. 67, São Paulo, RT, 1992.

YARSHELL, Flávio Luiz, *Tutela jurisdicional*, São Paulo, Atlas, 1999.

_____. *Ação rescisória: juízo rescindente e rescisório*. São Paulo, Malheiros, 2005.

ZANZUCCHI, Marco Tullio. *Diritto processuale civile*, vol. I, 6ª ed., Milano, Giuffrè, 1964.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e „tutela coletiva de direitos*, RT, São Paulo, 2006.